

# Consórcio quer também Estado e Capital em ações pelo Polo Petroquímico

Entidade regional pede que sejam emitidos decretos para garantir a institucionalização da área industrial localizada entre Sto. André e Mauá

ARTUR RODRIGUES  
arturrodrigues@cgabccom.br

Um ano após as prefeituras de Santo André e Mauá assinarem decretos que delimitam a área do Polo Petroquímico de Capuava como complexo de indústrias e empresas do setor químico, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC pede para que a medida seja adotada também pela Prefeitura da Capital e pelo governo do Estado.

“O Polo Petroquímico do Grande ABC é o primeiro do País, gerando atualmente mais de 10 mil empregos e somando um faturamento bruto de R\$ 10 bilhões ao ano. Apesar disso, não há legislações estadual ou federal que reconheçam o espaço. Mauá e Santo André fizeram isso recentemente por meio de decretos, mas falta o reconhecimento oficial, por exemplo, da cidade de São Paulo, onde o polo também está presente. Outra questão importante é o adensamento populacional nas áreas de influência do polo”, explicou Marcelo Oliveira



REUNIÃO. Polo Petroquímico foi uma das pautas do encontro de ontem

(PT), prefeito de Mauá e presidente do Consórcio.

Marcelo disse que levará a pauta para debate na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, retomado na tarde de anteontem – após iniciativa do Consórcio do Grande ABC –, com a eleição do pre-

feito da Capital, Ricardo Nunes (MDB), para presidente. O grupo é composto pelos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana.

“Nós estamos apresentando os projetos para a prefeitura e o Estado, faremos ainda algumas reuniões. A retomada do Conselho de Desenvolvimento da Re-

gião Metropolitana com certeza vai ser fundamental nesse diálogo. A reunião de ontem (anteontem) foi apenas para eleger o presidente, mas a partir da próxima vamos levar essa demanda para debater com o prefeito Ricardo Nunes e os representantes do Estado”.

Assinado em agosto por Marcelo e Paulo Serra (PSDB), prefeito de Santo André, o decreto tem objetivo de institucionalizar o polo. Assim, os municípios de Mauá e Santo André reconhecem o local como uma instituição consolidada na região e garantem sua proteção.

A medida também estabeleceu a criação do Comitê Gestor de Governança do Polo Petroquímico, que ficou responsável por coordenar de maneira integrada novas políticas públicas de promoção e apoio à operação do local. O grupo, composto por 14 integrantes, conta com representantes dos governos municipais, da sociedade civil e de associações, e tem como objetivo realizar políticas de zoneamento urbano nas áreas do entorno; elaborar estudos e diretrizes de planejamento para harmonizar a operação das empresas com os municípios e suas comunidades; e planejar e desenvolver ações para a implantação de medidas que contribuam com a qualidade de vida local.

“Tivemos muitos avanços, graças ao diálogo que estabelecemos com a sociedade civil. É importante reconhecer o local como o primeiro polo petroquímico do País. O decreto que assinamos foi importante, mas agora precisamos avançar mais junto à Capital e ao governo do Estado”, comentou Marcelo.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Política/Regional **Página:** 4